

OBJETIVOS

Proporcionar aos participantes conhecimentos básicos sobre GFIP, suas finalidades, seu funcionamento, preenchimento e interpretação de seus dados.

1. Conceitos gerais

A lei nº 9.528/97 introduziu a obrigatoriedade de apresentação da **Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP**.

Desde a competência janeiro de 1999, todas as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas ao recolhimento do FGTS, conforme estabelece a lei nº 8.036/90 e legislação posterior, bem como às contribuições e/ou informações à Previdência Social, conforme disposto nas leis nº 8.212/91 e 8.213/91 e legislação posterior, estão obrigadas ao cumprimento desta obrigação.

Deverão ser informados os dados da empresa e dos trabalhadores, os fatos geradores de contribuições previdenciárias e valores devidos ao INSS, bem como as remunerações dos trabalhadores e valor a ser recolhido ao FGTS.

A empresa está obrigada à entrega da GFIP ainda que não haja recolhimento para o FGTS, caso em que esta GFIP será declaratória, contendo todas as informações cadastrais e financeiras de interesse da Previdência Social.

Entrega

A GFIP deverá ser entregue/recolhida até o dia 7 do mês seguinte àquele em que a remuneração foi paga, creditada ou se tornou devida ao trabalhador e/ou tenha ocorrido outro fato gerador de contribuição à Previdência Social. Caso não haja expediente bancário no dia 7, a entrega deverá ser antecipada para o dia de expediente bancário imediatamente anterior.

Orientações para preenchimento

As orientações para o correto preenchimento da GFIP - meio magnético (SEFIP) e demais informações sobre o assunto estão minuciosamente detalhadas no [Manual da GFIP](#).

Penalidades

Retificações

As informações prestadas incorretamente devem ser corrigidas por meio do próprio SEFIP a partir de 01/12/2005, conforme estabelecido no Capítulo V do Manual da GFIP aprovado pela Instrução Normativa MPS/SRP 09/2005 e pela Circular Caixa 370/2005.

Os fatos geradores omitidos devem ser informados mediante a transmissão de novo arquivo SEFIPCR.SFP, contendo todos os fatos geradores, inclusive os já informados, com as respectivas correções e confirmações.

Para a retificação de informações, observar as orientações sobre chave de GFIP/SEFIP e modalidades, nos subitens 7.1 e 7.2 no Capítulo I do Manual da GFIP.

NOTA:

No movimento com retificação de informações, será gerada uma GPS - Guia da Previdência Social com base na totalidade dos fatos geradores e demais informações. Caso tenham sido recolhidos anteriormente valores devidos à Previdência, no todo ou em parte, esta GPS não deverá ser utilizada.

2. O que é SEFIP

O SEFIP é o aplicativo gerador da GFIP

3. Prazo para entregar e recolher

A GFIP deverá ser entregue/recolhida até o dia 7 do mês seguinte àquele em que a remuneração foi paga, creditada ou se tornou devida ao trabalhador e/ou tenha ocorrido outro fato gerador de contribuição à Previdência Social. Caso não haja expediente bancário no dia 7, a entrega deverá ser antecipada para o dia de expediente bancário imediatamente anterior.

4. Quem deve recolher e informar

Estão desobrigados de entregar a GFIP: O contribuinte individual sem segurado que lhe preste serviço, O segurado especial, Os órgãos públicos em relação aos servidores estatutários filiados a regime próprio de previdência social, O empregador doméstico que não recolher o FGTS para o empregado doméstico e o segurado facultativo.

5. Chave de uma SEFIP

A chave de uma GFIP/SEFIP tem utilização fundamental para a Previdência Social. Chave de uma GFIP/SEFIP são os dados básicos que a identificam. A chave é composta, em regra, pelos seguintes dados:

→ **CNPJ/CEI do empregador/contribuinte - competência - código de recolhimento - FPAS.**

Para a Previdência, deve haver apenas uma GFIP/SEFIP para cada chave.

Havendo a transmissão de mais de uma GFIP/SEFIP para o mesmo empregador/contribuinte, competência, código de recolhimento e FPAS (mesma chave), a GFIP/SEFIP transmitida posteriormente

é considerada como retificadora para a Previdência Social, substituindo a GFIP/SEFIP transmitida anteriormente, ou é considerada uma duplicidade, dependendo do número de controle.

6. CNAE preponderante

É o código referente à atividade econômica preponderante da empresa, estabelecida conforme a Instrução Normativa que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela RFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O código CNAE Preponderante é o que determina o enquadramento no grau de risco da empresa, previsto no Anexo V do Regulamento da Previdência Social - RPS, dando origem à alíquota RAT, que deverá ser utilizada em todos os estabelecimentos.

7. Fator Acidentário de Prevenção (FAP)

FAP - Fator Acidentário de Prevenção, conforme desempenho da empresa, dentro da respectiva atividade, apurado segundo as orientações estabelecidas no Decreto nº 6.042, de 12/02/2007. O FAP é um multiplicador variável num intervalo de 0,50 a 2,00, a ser aplicado sobre a alíquota RAT, com a finalidade de reduzi-la em até 50% ou aumentá-la em até 100%.

O FAP por empresa será disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social em Diário Oficial da União e na *Internet*, com as informações que possibilitem a empresa verificar a correção dos dados utilizados na apuração do seu desempenho.

8. Risco de Acidentário Trabalho (RAT)

O cálculo da contribuição destinada ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho - RAT. Alíquotas de 1,0%, 2,0% ou 3,0%

9. Tipos de GFIP para a Previdência

Para a Previdência Social, a GFIP/SEFIP pode ser:

Inicial;

Retificadora;

Sem movimento (com indicativo de ausência de fato gerador).

- **GFIP/SEFIP inicial** - É a primeira GFIP/SEFIP com valores entregue para determinada chave
- **GFIP/SEFIP retificadora** - O processo de retificação passa a ser realizado por intermédio do próprio SEFIP, com a entrega de uma outra GFIP/SEFIP, conceituada de GFIP/SEFIP

retificadora. Para a Previdência Social, considera-se retificadora a GFIP/SEFIP que contenha a mesma chave de uma GFIP/SEFIP entregue anteriormente e com número de controle diferente.

- **GFIP/SEFIP Sem movimento - com indicativo de ausência de fato gerador** - Inexistindo recolhimento ao FGTS e informações à Previdência Social, o empregador/contribuinte deve transmitir uma GFIP/SEFIP no código 115, com indicativo de ausência de fato gerador (sem movimento).

10. Cadastro das empresas constantes nos arquivos.
 - cadastro de empresas;
 - CNAE fiscal.
 - CNAE preponderante.
 - FPAS (Fundo de Previdência e Assistência Social)
11. Movimentação financeira da empresa.
12. Competência, códigos para recolhimento, alíquotas RAT, Fator Acidentário Previdenciário (FAP), código da GPS e outras entidades.
 - Cadastro do trabalhador.
 - nome do trabalhador.
 - categoria dos trabalhadores.
 - órgãos públicos.
 - endereços.
 - CBO.
 - CTPS.
 - matrícula.
 - ocorrências.
 - data do nascimento.
 - data de admissão.
 - opção do FGTS.
 - data de opção do FGTS.
13. Movimentação financeira do empregado:
 - remuneração sem 13º salário;
 - contribuição salário base;
 - desconto do segurado;
 - base de cálculo para previdência social;
 - remuneração com 13º salário;
 - base de cálculo de 13º salário para previdência social;
 - referente à competência do movimento;
 - referente à GPS da competência 13.
14. - Servidor que possui mais de um vínculo:
 - como informar;
 - qual é a base de cálculo para INSS;
 - qual é a base de cálculo para FGTS.
15. Movimentações de afastamentos:
 - cadastro de afastamentos do trabalhador;
 - códigos de afastamento.
16. Valores que podem ser descontados na GPS:
 - deduções;
 - salário família;

- salário maternidade;
- 17. Compensação de pagamento ou recolhimento indevido á previdência social.
- 18. Cadastro do tomador de serviço ou obra de construção civil:
 - movimento de tomador ou obra;
 - retenções (Lei nº 9.711/98);
 - faturas emitidas para tomador;
- 19. Cooperativas de trabalho:
 - serviços prestados por cooperados;
 - serviços prestados por intermédio de cooperativas.
- 20. Fechamento de movimento.

21. Penalidades

Deixar de apresentar a GFIP, apresentá-la com dados não correspondentes aos fatos geradores, bem como apresentá-la com erro de preenchimento nos dados não relacionados aos fatos geradores, sujeitarão os responsáveis às multas previstas na lei nº 8.212/91 e alterações posteriores, e às sanções previstas na lei nº 8.036/90

Nos casos acima, a correção da falta, antes de qualquer procedimento administrativo ou fiscal por parte do INSS, caracteriza a denúncia espontânea, afastando a aplicação das penalidades previstas.

O pagamento da multa pela ausência de entrega da GFIP não supre a falta deste documento, permanecendo o impedimento para obtenção de Certidão Negativa de Débito - CND.

28. Relação de códigos de pagamento - INSS/GPS

Código	Descrição
1007	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - RECOLHIMENTO MENSAL NIT/PIS/PASEP
1058	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - RECOLHIMENTO MENSAL NIT/PIS/PASEP - DAS/MEI (DARF)
1066	MEI - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - RECOLHIMENTO MENSAL CPF - DAS/MEI (DARF)
1104	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - RECOLHIMENTO TRIMESTRAL NIT/PIS/PASEP
1120	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - RECOLHIMENTO MENSAL - COM DEDUCAO DE 45% (LEI 9.876/99) - NIT/PIS/PASEP
1147	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - RECOLHIMENTO TRIMESTRAL - COM DEDUCAO DE 45% (LEI 9.876/99) - NIT/PIS/PASEP
1163	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL- OPCAO 11% (ART. 80 DA LC 123/2006) RECOLHIMENTO MENSAL - NIT/PIS/PASEP

1180	CONTRIBUINTE INDIVIDUAL- OPCA0 11% (ART. 80 DA LC 123/2006) RECOLHIMENTO TRIMESTRAL - NIT/PIS/PASEP
1198	CI OPTANTE LC 123 TRIMESTRAL COMPL
1201	GRC CONTRIBUINTE INDIVIDUAL - DEBCAD (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS
1228	CI TRIMESTRAL RURAL
1236	CI OPTANTE LC 123 MENSAL RURAL
1244	CI OPTANTE LC 123 MENSAL RURAL COMPLEMENTACAO
1252	CI OPTANTE LC 123 TRIMESTRAL RURAL
1260	CI OPTANTE LC 123 TRIMESTRAL RURAL COMPLEMENTACAO
1287	CI MENSAL - RURAL
1295	CI OPTANTE LC 123 MENSAL COMPL
1309	EMPRESARIO MENSAL - NIT/PIS/PASEP *** Desativado em 06/06/2000 ***
1350	EMPRESARIO TRIMESTRAL - NIT/PIS/PASEP *** Desativado em 06/06/2000 ***
1406	FACULTATIVO MENSAL - NIT/PIS/PASEP
1457	FACULTATIVO TRIMESTRAL - NIT/PIS/PASEP
1473	FACULTATIVO - OPCA0 11% (ART. 80 DA LC 123/2006) RECOLHIMENTO MENSAL - NIT/PIS/PASEP
1490	FACULTATIVO - OPCA0 11% (ART. 80 DA LC 123/2006) RECOLHIMENTO TRIMESTRAL - NIT/PIS/PASEP
1503	SEGURADO ESPECIAL MENSAL - NIT/PIS/PASEP
1554	SEGURADO ESPECIAL TRIMESTRAL - NIT/PIS/PASEP
1600	EMPREGADO DOMESTICO MENSAL - NIT /PIS/PASEP
1619	EMPR. DOMEST. PATRONAL 12% MENSAL AFAST/SAL. MATERNIDADE
1651	EMPREGADO DOMESTICO TRIMESTRAL-NIT/PIS/PASEP

1678	EMPR. DOMEST. PATRONAL 12% TRIMESTRAL AFAST/SAL. MATERNIDADE
1686	FACULTATIVO - OPTANTE LC 123/2006 - RECOLHIMENTO MENSAL - COMPL.
1694	FACULTATIVO - OPTANTE LC 123/2006 - RECOLHIMENTO TRIMESTRAL - COMPL.
1708	RECLAMATORIA TRABALHISTA - NIT/PIS/PASEP
1759	ACRESCIMOS LEGAIS DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL E DOMESTICO - LEI No. 8219/91 - NIT/PIS/PASEP
1805	CI COM DIREITO A DEDUCAO MENSAL - RURAL
1813	CI COM DIREITO A DEDUCAO TRIMESTRAL - RURAL
1821	FACULTATIVO / EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO / RECOLHIMENTO COMPLEMENTAR
2003	SIMPLES - CNPJ
2011	EMPRESAS OPTANTE PELO SIMPLES - CNPJ - RECOLHIMENTO SOBRE AQUISICAO DE PRODUTO RURAL DO PRODUTOR RURAL PESSOA FISICA
2020	EMPRESAS OPTANTE PELO SIMPLES - CNPJ - RECOLHIMENTO SOBRE CONTRATACAO DE TRANSPORTADOR RODOVIARIO AUTONOMO
2100	EMPRESAS EM GERAL - CNPJ
2119	EMPRESAS EM GERAL - CNPJ - PAGAMENTO EXCLUSIVO PARA OUTRAS ENTIDADES (SESC, SESI, SENAI, ETC.)
2127	COOPERATIVA DE TRABALHO - CNPJ
2135	EMPRESA EM GERAL - CNPJ - CONVENIO COM O FNDE *** Desativado em 06/06/2000 ***
2143	EMPRESAS EM GERAL - CNPJ - PAGAMENTO EXCLUSIVO DE EMPRESAS CONVENIADAS COM O FNDE PARA COMPETENCIAS ANTERIORES A 01/2007
2208	EMPRESAS EM GERAL - CEI
2216	EMPRESAS EM GERAL - CEI - PAGAMENTO EXCLUSIVO PARA OUTRAS ENTIDADES (SESC, SESI, SENAI, ETC.)
2232	EMPRESA EM GERAL - CEI - CONVENIO COM O FNDE *** Desativado em 06/06/2000 ***
2240	EMPRESAS EM GERAL - CEI - PAGAMENTO EXCLUSIVO DE EMPRESAS CONVENIADAS COM O FNDE PARA COMPETENCIAS ANTERIORES A 01/2007

2305 FILANTROPICAS COM ISENCAO - CNPJ

2321 FILANTROPICAS COM ISENCAO - CEI

2402 ORGAOS DO PODER PUBLICO - CNPJ

2429 ORGAOS DO PODER PUBLICO - CEI

2437 ORGAOS DO PODER PUBLICO - CNPJ - RECOLHIMENTO SOBRE AQUISICAO DE PRODUTO RURAL DO PRODUTOR RURAL PESSOA FISICA

2445 ORGAO DO PODER PUBLICO - CNPJ - RECOLHIMENTO SOBRE CONTRATACAO DE TRANSPORTADOR RODOVIARIO AUTONOMO

2500 ASSOC.DESPORT.QUE MANTEM EQUIPE DE FUT.PROF.-REC.BRUTA A TIT.DE PATROC., LICENC. USO DE MARCAS/SIMBOLOS, PUBLIC., PROPAG. E TRANS. DE ESPECTAC.-CNPJ-RETENCAO E RECOLH.P/EMPR.PATROC. EM SEU NOME

2550 ASSOC.DESPORT QUE MANTEM EQUIPE DE FUTEBOL PROFIS.-RECEITA BRUTA DE ESPETACULOS DESPORTIVOS-CNPJ-RETENCAO E RECOLHIMENTO P/ENTIDADE PROMOTORA DO ESPETACULO (FEDERACAO OU CONFEDERACAO) EM SEU NOME

2607 COMERCIALIZACAO DA PRODUCAO RURAL - CNPJ

2615 COMERCIALIZACAO DA PRODUCAO RURAL - CNPJ- PAGAMENTO EXCLUSIVO PARA OUTRAS ENTIDADES (SENAR)

2631 CONTRIBUICAO RETIDA SOBRE A NF/FATURA DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVICO - CNPJ

2640 CONTRIBUICAO RETIDA SOBRE NF/FATURA DA PRESTADORA DE SERVICO - CNPJ (USO EXCLUSIVO DO ORGAO DO PODER PUBLICO - ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIA E FUNDACAO FEDERAL, ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL OU MUNI

2658 CONTRIBUICAO RETIDA SOBRE A NF/FATURA DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVICO - CEI

2682 CONTRIBUICAO RETIDA SOBRE NF/FATURA DA PRESTADORA DE SERVICO - CEI (USO EXCLUSIVO DO ORGAO DO PODER PUBLICO - ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIA E FUNDACAO FEDERAL, ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL OU MUNIC

2704 COMERCIALIZACAO DA PRODUCAO RURAL - CEI

2712 COMERCIALIZACAO DA PRODUCAO RURAL - CEI - PAGAMENTO EXCLUSIVO PARA OUTRAS ENTIDADES (SENAR)

2801 RECLAMATORIA TRABALHISTA - CEI

2810 RECLAMATORIA TRABALHISTA - CEI - PAGAMENTO EXCLUSIVO PARA OUTRAS ENTIDADES (SESC, SESI, SENAI, ETC.)

2852 CONCILIAÇÃO, ACORDO, DISSÍDIO E CONVENÇÃO COLETIVA - CEI

2879 CONCILIAÇÃO, ACORDO, DISSÍDIO E CONVENÇÃO COLETIVA -
PAGTO. EXCLUSIVO OUTRAS

2909 RECLAMATÓRIA TRABALHISTA - CNPJ

2917 RECLAMATÓRIA TRABALHISTA - CNPJ PAGAMENTO EXCLUSIVO PARA
OUTRAS ENTIDADES (SESC, SESI, SENAI, ETC.)

2950 CONCILIAÇÃO, ACORDO, DISSÍDIO E CONVENÇÃO COLETIVA - CNPJ

2976 CONCILIAÇÃO, ACORDO, DISSÍDIO E CONVENÇÃO COLETIVA -
PAGTO. EXCLUSIVO OUTRAS

3000 ACAL - CNPJ

3107 ACAL - CEI

3204 GRC CONTRIBUIÇÃO DE EMPRESA NORMAL - DEBCAD (PREENCHIMENTO
EXCLUSIVO PELO INSS)

4006 PAGAMENTO DE DÉBITO - DEBCAD (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO
INSS)

4103 PAGAMENTO DE DÉBITO - CNPJ (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO
INSS)

4200 PAGAMENTO DE DÉBITO ADMINISTRATIVO - NÚMERO DO TÍTULO DE
COBRANÇA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)

4308 PAGAMENTO DE PARCELAMENTO ADM. - NÚMERO DO TÍTULO DE
COBRANÇA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)

4316 PAGAMENTO DE PARCELAMENTO DE CLUBE DE FUTEBOL - CNPJ - (5%
DA RECEITA BRUTA DESTINADA AO CLUBE DE FUTEBOL) - ART 20.
DA LEI NO. 8.641/1993

4324 PARCELAMENTO SUPER SIMPES - LEI COMPLEMENTAR 123/07 -
TÍTULO DE COBRANÇA

4332 PARCELAMENTO TIMEMANIA

4340 PARCELAMENTO IES

4359 PARCELAMENTO SUPER SIMPLES - LEI COMPLEMENTAR 123/07 -
TÍTULO DE COBRANÇA (PLC 128)

4707 DEPOSITO RECURSAL - NÚMERO DO TÍTULO DE COBRANÇA
*** Desativado em 06/06/2000 ***

4715 DEPOSITO RECURSAL FNDE ADM

4731	DEPOSITO RECURSAL FNDE ADM
4995	DEPOSITO RECURSAL EXTRAJUDICIAL - NUM. DO TITULO DE COBRANCA
5010	LEVANTAMENTO JUDICIAL - ANT. LEI 9.703/98 - CNPJ (Preench.excl.INSS *** Desativado em 10/09/1999 ***
5037	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CNPJ (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS E PAGAMENTO NO SIAFI)
5045	REPASSE DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN - DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS RELATIVAS AO SIMPLES - CNPJ (USO EXCLUSIVO NO SIAFI)
5053	CUSTAS JUDICIAIS - SUCUMBENCIA - CNPJ (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS E PAGAMENTO NO SIAFI)
5061	REPASSE DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN - DAS RECEITAS PROVENIENTES DA CPMF RELATIVAS AOS RECOLHIMENTOS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - CNPJ (USO EXCLUSIVO NO SIAFI)
5070	REPASSE DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN - DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS RELATIVAS AO SIMPLES/PAES - CNPJ
5088	CONTRIBUICAO DA REDE HOSPITALAR REPASSADA PELO FUNDO NACIONAL DE SAUDE - CNPJ (USO EXCLUSIVO NO SIAFI)
5096	MULTAS CONTRATUAIS - CNPJ (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS E PAGAMENTO NO SIAFI)
5100	REFIS - REPASSE DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS EFETUADO PELA STN DE PARCELA SOBRE FATURAMENTO - CNPJ - USO EXCLUSIVO NO SIAFI
5118	REFIS - REPASSE DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS EFETUADO PELA STN DE PARCELA FIXA - CNPJ - USO EXCLUSIVO NO SIAFI
5126	FIES - REPASSE DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS EFETUADO PELA STN REFERENTE A CONVERSAO DE TITULOS - CNPJ - USO EXCLUSIVO NO SIAFI
5134	CDP - REPASSE DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS EFETUADO PELA STN REFERENTE A CONVERSAO DE TITULOS - CNPJ - USO EXCLUSIVO NO SIAFI
5304	AUXILIARES LOCAIS
6009	PAGAMENTO DE DIVIDA ATIVA DEBITO - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
6106	PAGAMENTO DE DIVIDA ATIVA PARCELAMENTO - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
6203	PAGAMENTO DE DIVIDA ATIVA ACAO JUDICIAL - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)

6300	PAGAMENTO DE DIVIDA ATIVA COBRANCA AMIGAVEL - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
6408	CONVERSAO EM RECEITA DE DEPOSITO JUDICIAL - CASOS ANTERIORES A LEI NO. 9.703/98 - CNPJ
6432	CONVERSAO EM RECEITA DE DEPOSITO JUDICIAL - CASOS ANTERIORES A LEI NO. 9.703/98 - CEI
6440	CONVERSAO EM RECEITA DE DEPOSITO JUDICIAL - CASOS ANTERIORES A LEI NO 9.703 -98 - DEBCAD
6459	CONVERSAO EM RECEITA DE DEPOSITO JUDICIAL - CASOS ANTERIORES A LEI NO 9.703 -98 - NB
6467	CONVERSAO EM RECEITA DE DEPOSITO JUDICIAL - CASOS ANTERIORES A LEI NO 9.703 -98 - NIT/PIS/PASEP
6475	DEPOSITO RECURSAL FNDE PRO
6483	DEPOSITO RECURSAL FNDE PRO
6505	COMPREV - PAGAMENTO DE DIVIDA ATIVA - PARCELAMENTO DE REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL RPPS - ORGAO DO PODER PUBLICO - REFERENCIA
6513	COMPREV - PAGAMENTO DE DIVIDA ATIVA - NAO PARCELADA DE REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL RPPS - ORGAO DO PODER PUBLICO- REFERENCIA
6602	LEVANTAMENTO RECEBIMENTO DE SUCUMBENCIA/HONORARIO ADVOC. DIVIDA ATIVA - CNPJ
6610	LEVANTAMENTO RECEBIMENTO DE SUCUMBENCIA/HONORARIO ADVOC. DIVIDA ATIVA - CPF
6629	LEVANTAMENTO RECEBIMENTO DE SUCUMBENCIA/HONORARIO ADVOC. DIVIDA ATIVA - CEI
6670	REEMBOLSO DE 1% DO FNDE - DIVIDA ATIVA - CNPJ
6700	DEVOLUCAO/RESTITUICAO AO INSS DE VALORES PAGOS POR PRECATORIOS E RPV - CNPJ
6718	DEVOLUCAO/RESTITUICAO AO INSS DE VALORES PAGOS POR PRECATORIOS E RPV - CPF
6742	VALORES DEVIDOS POR PREFEITURAS AO INSS, REFERENTE A PRECATORIOS E RPV - CNPJ
6750	VALORES DEVIDOS POR PREFEITURAS AO INSS, REFERENTE A PRECATORIOS E
7307	COMPREV - RECOLHIMENTO EFETUADO POR RPPS - ORGAO DO PODER PUBLICO - CNPJ
7315	COMPREV - RECOLHIMENTO EFETUADO POR RPPS - ORGAO DO PODER PUBLICO - CNPJ - ESTOQUE

8001	FINANCIAMENTO IMOBILIARIO - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8109	ALUGUEIS - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8133	CONDOMINIO A TITULO DE REEMBOLSO - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8141	PARCELAMENTO DE FINANCIAMENTO IMOBILIARIO - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8150	PARCELAMENTO DE ALUGUEIS - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8168	TAXA DE OCUPACAO - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8176	IMPOSTOS E TAXAS A TITULO DE REEMBOLSO - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8206	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8214	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - CNPJ
8222	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - CPF
8249	ALIENACAO DE BENS MOVEIS - CPF
8257	ALIENACAO DE BENS MOVEIS - REFERENCIA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
8273	ALIENACAO DE BENS MOVEIS - CNPJ
8303	ALUGUEIS DE BENS DE USO ESPECIAL - CNPJ
8311	ALUGUEIS DE BENS DE USO ESPECIAL - CPF
8346	ALUGUEIS DE BENS DOMINICAIS - CNPJ
8354	ALUGUEIS DE BENS DOMINICAIS - CPF
8362	TAXA DE OCUPACAO DE BENS DOMINICAIS - CNPJ
8370	TAXA DE OCUPACAO DE BENS DOMINICAIS - CPF
8400	PARCELAMENTO DE ALUGUEIS DE BENS DE USO ESPECIAL - CNPJ
8419	PARCELAMENTO DE ALUGUEIS DE BENS DE USO ESPECIAL - CPF

8443	PARCELAMENTO DE ALUGUEIS DE BENS DOMINICAIS - CNPJ
8451	PARCELAMENTO DE ALUGUEIS DE BENS DOMINICAIS - CPF
8605	DIVIDENDOS - PATRIMONIO - CNPJ
8907	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CNPJ
8915	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CPF
8940	MULTAS CONTRATUAIS - CNPJ
8958	MULTAS CONTRATUAIS - CPF
9008	BENEFICIO - NB (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS)
9016	DEVOLUCAO DE PAGAMENTO DE BENEFICIO REFERENTE A DEPOSITO JUDICIAL EFETUADO PELO INSS - NB (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO INSS) .
9024	DEVOLUCOES DE VALORES REFERENTES BENEFICIOS PAGOS INDEVIDAMENTE PELO AGENTE PAGADOR - EXERCICIOS ANTERIORES - NB
9040	DEVOLUCOES DE VALORES REFERENTES BENEFICIOS PAGOS INDEVIDAMENTE PELO AGENTE PAGADOR - DENTRO DO EXERCICIO - NB
9105	DEVOLUCAO DE BENEFICIOS NAO PAGOS - CONVENIOS - CNPJ
9113	DEVOLUCAO DE BENEFICIOS NAO PAGOS - CONVENIOS - NB
9202	DEVOLUCAO DE BENEFICIOS NAO PAGOS - ACORDOS INTERNACIONAIS - CNPJ
9210	DEVOLUCAO DE BENEFICIOS NAO PAGOS - ACORDOS INTERNACIONAIS - NB
9601	RECEBIMENTO DE VALORES REFERENTES A PENAS ALTERNATIVAS FRGPS - CNPJ
9610	RECEBIMENTO DE VALORES REFERENTES A PENAS ALTERNATIVAS FRGPS - CPF
9636	RECEBIMENTO VALORES EM ACOES REGRESSIVAS ACIDENTARIA DO INSS - CNPJ
9652	RECEBIMENTO VALORES ACOES REGRESSIVAS ACIDENTARIA DO INSS - CPF

<http://sistemas.sesc.com.br/imagens/cadforauto/GPS.pdf>


http://sistemas.sesc.com.br/imagens/cadforauto/GPS.pdf - Windows Internet Explorer

http://sistemas.sesc.com.br/imagens/cadforauto/GPS.pdf

Arquivo Editar Ir para Favoritos Ajuda

Preencha o formulário a seguir. Não é possível salvar dados digitados neste formulário.
Imprima o formulário completo para ter uma cópia dos registros.

Realçar campos


PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – GPS

1. NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO:

2. VENCIMENTO
(Uso exclusivo INSS)

3. CÓDIGO DE PAGAMENTO

4. COMPETÊNCIA

5. IDENTIFICADOR

6. VALOR DO INSS

7.

8.

9. VALOR DE OUTRAS ENTIDADES

10. ATM/MULTA E JUROS

11. TOTAL

12. AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

1ª VIA - INSS 2ª VIA - CONTRIBUINTE

ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado

Instruções para preenchimento no verso.

Instruções de Preenchimento da Guia da Previdência social - GPS

Concluído

Iniciar RFB PARC SARAC MINI CURSO GFIP mat acessório.odt - BrOf... novo material.odt - BrOf...

Zona desconhecida

14:14 quarta-feira

30. Relação de alíquotas do FPAS

Vide arquivo anexo

Fonte de pesquisa: www.receita.fazenda.gov.br